DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.43

COLONIALIDADE, PODER E RESISTÊNCIA: A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA NOS BRICS

COLONIALITY, POWER, AND RESISTANCE: SOLIDARITY ECONOMY AS AN ALTERNATIVE WITHIN THE BRICS

Raimundo Washington dos Santos[1]

RESUMO:
Este estudo analisa a Economia Solidária (ES) como alternativa ao modelo capitalista hegemônico, com foco na sua implementação nos cinco membros fundadores do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Em janeiro de 2024, o BRICS foi expandido com a entrada de Arábia Saudita, Argentina, Egito, Etiópia, Emirados Árabes Unidos e Irã. No entanto, este estudo concentra-se nos membros fundadores devido ao histórico consolidado de experiências em Economia Solidária nesses países. Através de pesquisa teórico-bibliográfica e documental, investigou-se como a ES pode servir de instrumento de resistência estrutural em economias emergentes que, embora desafiem a ordem global, continuam operando sob lógicas neoliberais. O marco temporal da análise (2020-2024) considera documentos oficiais, como a Lei de Economia Solidária Paul Singer (2024), e relatórios governamentais dos países membros. Os resultados indicam que a ES enfrenta três desafios principais nos BRICS: dependência de subsídios governamentais, cooptação por agentes estatais e de mercado, e dificuldades na construção de autonomia financeira. Conclui-se que a consolidação da ES como alternativa viável requer: fortalecimento de redes transnacionais de solidariedade, desenvolvimento de mecanismos próprios de financiamento e radicalização da autogestão como prática econômica e política. O estudo contribui para o campo da Economia Solidária ao identificar padrões comuns de implementação da ES em economias emergentes e propor caminhos para sua efetivação como modelo alternativo de desenvolvimento.

Palavras-chave: Economia Solidária; Desenvolvimento Econômico; Cooperativismo; Autogestão.

ABSTRACT:
This study analyzes Solidarity Economy (SE) as an alternative to the hegemonic capitalist model, focusing on its implementation in the five founding members of BRICS (Brazil, Russia, India, China, and South Africa). In January 2024, BRICS expanded to include Saudi Arabia, Argentina, Egypt, Ethiopia, the United Arab Emirates, and Iran. However, this study concentrates on the founding members due to their consolidated history of experiences with Solidarity Economy. Through theoretical-bibliographic and documentary research, the study investigates how SE can serve as a tool of structural resistance in emerging economies that, while challenging the global order, continue to operate under neoliberal logics. The timeframe of the analysis (2020–2024) includes official documents, such as the Solidarity Economy Law by Paul Singer (2024), and government reports from member countries. The results indicate that SE faces three main challenges within the BRICS nations: dependence on government subsidies, co-optation by state and market agents, and difficulties in building financial autonomy. The study concludes that for SE to be consolidated as a viable alternative, it requires: strengthening transnational solidarity networks, developing its own financing mechanisms, and radicalizing self-management as both an economic and political practice. This research contributes to the field of Solidarity Economy by identifying common patterns of SE implementation in emerging economies and proposing pathways for its realization as an alternative development model.

[1] Doutorando PPG em Crítica Cultural pela UNEB Campus II – Universidade do Estado da Bahia. Orcid: https://orcid.org/0009-0008-7402-4845; E-mail: admwashintonsantos@yahoo.com.br

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.43

Keywords: Solidarity Economy; Economic Development; Cooperativism; Self-Management.

INTRODUÇÃO

A Economia Solidária (ES) emerge como uma alternativa fundamental ao modelo capitalista hegemônico, indo além de uma abordagem meramente econômica para se constituir como um projeto político, social e cultural. Fundamentada nos princípios da autogestão, cooperação e justiça social, a ES propõe novas formas de organização produtiva, baseadas na distribuição equitativa da riqueza e na democratização das relações econômicas. No entanto, seu potencial transformador enfrenta desafios estruturais, especialmente em contextos marcados pela reprodução de lógicas neoliberais e por desigualdades históricas agravadas pela colonialidade do poder (Santos, 2002; Quijano, 2005).

No atual cenário geopolítico, o bloco BRICS, originalmente formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, representa uma aliança estratégica do Sul Global, articulada como alternativa ao domínio econômico do Norte Global. Desde sua formação, os BRICS têm sido vistos como um bloco capaz de promover uma nova ordem econômica mundial, reduzindo a dependência de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Contudo, conforme analisado em relatórios do GOV.BR (2024) e em pesquisas da economia política, a estrutura produtiva e comercial dos BRICS ainda mantém práticas extrativistas e padrões de exploração da força de trabalho, levantando questionamentos sobre até que ponto o bloco pode realmente se consolidar como uma alternativa ao neoliberalismo (Silva, 2019).

A Economia Solidária insere-se nessa discussão como um potencial instrumento de resistência e transformação econômica dentro dos BRICS. O Brasil, por exemplo, avançou significativamente na institucionalização da ES com a Lei Paul Singer de Economia Solidária (2024), que estabeleceu a Política Nacional de Economia Solidária e o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES). Esse marco regulatório, conforme detalhado nos informes do GOV.BR (2024), fortalece empreendimentos autogestionários, garantindo suporte institucional. No entanto, mesmo com esse avanço, a ES no Brasil ainda enfrenta desafios estruturais, como falta de acesso ao crédito, marginalização nas políticas econômicas e dependência excessiva do financiamento público (Santos, 2020).

Na Índia, o modelo de microcrédito solidário, amplamente promovido como uma ferramenta de empoderamento econômico, tem sido alvo de críticas, pois muitas vezes reproduz lógicas neoliberais, resultando no endividamento de pequenos empreendedores sem

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.43

promover efetiva autonomia financeira (Chatterjee, 2018). Já na China, o Estado tem promovido cooperativas, mas sob rigoroso controle estatal, o que impede que essas iniciativas sejam verdadeiramente autônomas e transformadoras (Wang, 2019). Na África do Sul, as políticas de empoderamento econômico negro (BEE), apesar de representarem um avanço na inclusão de grupos historicamente marginalizados, ainda enfrentam desafios na promoção da autossuficiência e na superação das estruturas coloniais de dominação econômica (Hart et al., 2010).

Com base nessas contradições e desafios, este artigo busca responder à seguinte questão: *"De que maneira a Economia Solidária pode se consolidar como um instrumento de resistência dentro dos BRICS, rompendo com lógicas coloniais e promovendo justiça social e sustentabilidade?"*

A pesquisa adota uma abordagem teórica e bibliográfica, articulando conceitos da colonialidade do poder, epistemologias do Sul, pedagogia crítica e resistência cultural. A metodologia inclui a análise de documentos oficiais, como a Lei Paul Singer (2024) e relatórios da SENAES (2023), bem como um mapeamento comparativo de iniciativas concretas de Economia Solidária nos BRICS, avaliando seu impacto e viabilidade a longo prazo.

Dessa forma, este artigo está estruturado da seguinte maneira:

Seção 2 – Apresenta o referencial teórico, discutindo os conceitos de colonialidade, economia solidária e resistência cultural, fundamentais para a compreensão da temática.

Seção 3 – Examina os desafios enfrentados pela ES no contexto dos BRICS, abordando as contradições estruturais do bloco e o risco de apropriação discursiva da ES por agentes estatais e mercadológicos.

Seção 4 – Investiga experiências concretas de ES nos BRICS, explorando sua viabilidade como alternativa ao modelo neoliberal e seus impactos nas dinâmicas socioeconômicas do bloco.

Seção 5 – Sintetiza os achados da pesquisa e propõe caminhos para fortalecer práticas econômicas decoloniais e solidárias, enfatizando a necessidade de compromissos estruturais para a expansão do modelo.

Ao conectar a Economia Solidária à crítica da colonialidade e às disputas econômicas globais, este artigo se insere no debate sobre modelos econômicos alternativos no Sul Global, propondo uma reflexão crítica sobre os desafios e potencialidades de uma economia que priorize a dignidade humana e a sustentabilidade.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.43

COLONIALIDADE, ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS BRICS: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES

A Economia Solidária (ES) transcende a dimensão econômica, configurando-se como um projeto de reconstrução política, social e cultural das relações de trabalho, produção e consumo. No entanto, para que isso se concretize, é fundamental analisar como a ES se insere nos BRICS, um bloco econômico que busca se consolidar como alternativa ao Norte Global, mas que, paradoxalmente, ainda reproduz lógicas coloniais e neoliberais em sua estrutura produtiva.

A questão central desta seção é: até que ponto a Economia Solidária nos BRICS pode representar uma verdadeira resistência ao capitalismo global ou se torna absorvida pelas estruturas de poder existentes? Essa análise é essencial para entender os desafios e contradições dos BRICS na tentativa de construir uma nova ordem econômica mundial, sem, contudo, romper com os mecanismos de exploração que perpetuam a desigualdade global (Quijano, 2005; Santos, 2010).

Nesta seção, conectamos o conceito de colonialidade do poder à Economia Solidária, analisando seu potencial como instrumento de resistência e, ao mesmo tempo, sua suscetibilidade à apropriação discursiva por governos e agentes do mercado.

2.1 Colonialidade do poder e economia solidária nos BRICS

O conceito de colonialidade do poder (Mignolo, 2011; Quijano, 2005) demonstra que, mesmo após a independência política dos países colonizados, as relações de exploração, dominação e subordinação permanecem vivas, reformuladas dentro do sistema econômico global. Os BRICS, embora se apresentem como uma alternativa ao capitalismo imperialista, ainda reproduzem estruturas coloniais, pois suas economias permanecem dependentes de mercados externos, exploram recursos naturais e mantêm formas desiguais de inserção na economia mundial (Silva, 2019).

Na prática, o que o bloco constrói como "alternativa ao Norte Global" muitas vezes não passa de uma reorganização das hierarquias econômicas, sem uma real ruptura com as estruturas de dependência. A Economia Solidária, em teoria, poderia representar essa ruptura, mas enfrenta desafios estruturais e políticos, pois a lógica de acumulação de capital ainda subordina a autogestão e a cooperação aos interesses do mercado.

Nos BRICS, essa contradição se expressa de diferentes formas:

No Brasil, a Economia Solidária tem sido incentivada através da Lei Paul Singer (2024), que criou o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES). No entanto, apesar

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.43

desse avanço, grande parte das iniciativas ainda depende de financiamento público, sendo frequentemente moldadas para atender interesses institucionais e não para promover verdadeira autonomia econômica (GOV.BR, 2024).

Na Índia, as iniciativas de microcrédito e cooperativas populares são frequentemente utilizadas como mecanismos de inclusão econômica, mas sem romper com a lógica do endividamento e da precarização do trabalho (Chatterjee, 2018).

Na China, o controle estatal sobre as cooperativas impede que a ES seja verdadeiramente autônoma, transformando-a, na prática, em uma ferramenta de regulação da economia de mercado e não de resistência ao capitalismo (Wang, 2019).

Na África do Sul, as políticas de empoderamento econômico negro (BEE) foram adotadas para corrigir desigualdades históricas, mas não conseguiram alterar significativamente as estruturas de dominação econômica, pois as cooperativas ainda operam sob regras do mercado capitalista tradicional (Hart et al., 2010).

Dessa forma, a Economia Solidária nos BRICS se encontra em um limbo político e econômico: ela pode ser um modelo de transformação, mas se não houver uma ruptura real com as lógicas de dependência e exploração, continuará sendo absorvida pelo sistema que deveria desafiar.

2.2 Economia solidária e direitos linguísticos: a luta pela autonomia

A linguagem e os direitos linguísticos desempenham um papel central na consolidação da Economia Solidária, pois são parte da disputa por poder e identidade cultural. Nos BRICS, onde há uma diversidade linguística significativa, as línguas das comunidades indígenas, quilombolas e rurais ainda são marginalizadas, e essa exclusão impacta diretamente a autonomia econômica dessas populações.

No Brasil, por exemplo, as iniciativas de ES em comunidades indígenas e quilombolas têm demonstrado que modelos econômicos autônomos são mais eficazes quando respeitam os saberes locais e os direitos linguísticos dessas comunidades. Relatórios do GOV.BR (2024) mostram que projetos de Economia Solidária voltados para populações tradicionais têm maior sucesso quando há respeito às suas práticas culturais e modos de organização social.

A verdadeira autonomia econômica começa no reconhecimento da diversidade cultural e linguística, garantindo que os trabalhadores tenham voz ativa na construção de suas próprias formas de organização produtiva. A Economia Solidária não pode ser um mecanismo de integração ao capitalismo, mas sim um projeto de resistência cultural e econômica, que respeite as identidades e práticas locais.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.43

2.3 Apropriação discursiva da economia solidária nos BRICS

A Economia Solidária frequentemente corre o risco de ser apropriada discursivamente por governos e agentes do mercado, que a utilizam como estratégia paliativa de mitigação da pobreza, sem alterar as relações estruturais de poder (Santos, 2002).

Boaventura de Sousa Santos (2010) argumenta que o neoliberalismo tem a capacidade de absorver discursos contra-hegemônicos, transformando-os em instrumentos de regulação social. Nos BRICS, vemos isso de forma evidente:

No Brasil, a ES é frequentemente utilizada como estratégia de governança, mas sem mexer nas relações estruturais de exploração.

Na Índia, o microcrédito é promovido como ferramenta de empoderamento, mas na prática reforça a precarização e o endividamento.

Na China, as cooperativas são controladas pelo Estado, sendo usadas para fortalecer a economia estatal, sem promover verdadeira autonomia.

Diante disso, a Economia Solidária nos BRICS não pode ser apenas uma adaptação ao capitalismo – ela deve ser um projeto radical de transformação econômica e social.

2.4 Epistemologias do Sul e novas possibilidades para a economia solidária

A Epistemologia do Sul (Santos, 2019) propõe uma valorização dos saberes locais e das formas de organização comunitária tradicionais, em oposição ao modelo ocidental de desenvolvimento. Quando a Epistemologia do Sul é conectada à Economia Solidária, ela abre novas possibilidades para um modelo econômico que valorize as práticas culturais dos povos historicamente marginalizados.

Nos BRICS, essa abordagem significa que a Economia Solidária não pode se limitar a uma integração subordinada ao mercado, mas deve ser um mecanismo de resistência, fortalecendo cooperativas autônomas e respeitando as práticas tradicionais de produção, garantindo o acesso das comunidades a recursos sem depender da subordinação ao sistema financeiro global.

A Economia Solidária nos BRICS precisa ser radicalmente decolonial. Se ela for apenas um instrumento de inclusão passiva no sistema, ela não passará de uma extensão do capitalismo global. Para ser realmente transformadora, deve desafiar as estruturas de poder, promover autonomia econômica real e valorizar os saberes locais.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.43

DESAFIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS BRICS: UMA ANÁLISE CRÍTICA E COMPARATIVA

A Economia Solidária (ES) tem sido amplamente debatida como uma alternativa viável ao modelo econômico hegemônico, especialmente nos países do Sul Global, onde o impacto das políticas neoliberais aprofundou desigualdades e precarizou o trabalho. Com base nos princípios da autogestão, cooperação e justiça social, a ES propõe novas formas de organização econômica que desafiam as estruturas tradicionais do capitalismo de mercado, priorizando a sustentabilidade social e ambiental sobre a lógica do lucro (Singer, 2002; Arruda, 2016).

Nos países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a ES tem sido implementada de maneiras diversas, dependendo dos contextos políticos, econômicos e sociais de cada país. Enquanto alguns governos adotaram políticas públicas para promover a ES, em outros o modelo enfrenta barreiras estruturais e resistência do setor financeiro. Além disso, observa-se que a inserção da ES nos BRICS ocorre dentro do sistema capitalista global, o que impõe desafios para sua real autonomia (Quijano, 2005; Silva, 2019).

Dessa forma, esta seção analisará os principais desafios da Economia Solidária nos BRICS, organizados em quatro eixos centrais:

1. **A ambiguidade política da ES** → Entre a autonomia e a subordinação ao mercado global.
2. **A apropriação discursiva e a neutralização da ES** → Como governos e corporações podem capturar e esvaziar o potencial transformador da ES.
3. **A ES como ferramenta de resistência cultural e decolonial** → Seu potencial para romper com lógicas coloniais e fortalecer comunidades marginalizadas.
4. **As possibilidades reais de transformação da ES dentro dos BRICS** → A ES pode ser uma alternativa viável ao capitalismo neoliberal?

3.1 A ambiguidade política: entre a autonomia e a subordinação ao mercado global

A formação do BRICS foi um movimento geopolítico para redefinir o equilíbrio econômico global, desafiando a hegemonia das potências ocidentais. Entretanto, como aponta Quijano (2005), a estrutura colonial do poder persiste dentro dos blocos de países emergentes, pois as economias do Sul Global ainda funcionam como fornecedoras de matérias-primas e mão de obra barata, mantendo sua dependência do sistema global.

No Brasil, a aprovação da Lei Paul Singer de Economia Solidária (2024) representou um marco institucional para o reconhecimento da ES como política pública, consolidando o

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.43

Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES). Essa estrutura abriga atualmente mais de 1,4 milhão de trabalhadores em 20.000 empreendimentos autogestionados (GOV.BR, 2024). No entanto, a regulamentação da ES ainda não foi suficiente para garantir sua autonomia real, pois as cooperativas enfrentam dificuldades de financiamento, burocracias institucionais e dependência do Estado.

Na China, o modelo econômico socialista de mercado incorpora princípios da produção cooperativa e da organização coletiva do trabalho, mas sob forte controle estatal. Embora haja incentivo à ES, os empreendimentos solidários não possuem autonomia real, pois a economia chinesa prioriza a centralização e o planejamento estatal. Como destaca Mignolo (2011), a China opera um capitalismo de Estado, onde a ES é regulada pelo governo e não representa uma real alternativa ao sistema de mercado global.

Na Índia, diversas iniciativas de microfinanças e cooperativismo rural são promovidas pelo governo, mas essas práticas ainda não romperam com as estruturas de exploração de classe (Chatterjee, 2018). Já na África do Sul, as políticas de empoderamento econômico negro (BEE) foram desenvolvidas para corrigir desigualdades históricas, mas frequentemente se tornam instrumentos políticos sem gerar transformações estruturais reais (Hart et al., 2010).

Dessa forma, a ES nos BRICS se encontra entre a resistência e a cooptação, oscilando entre autonomia e subordinação às dinâmicas do capitalismo global.

3.2 Apropriação discursiva e neutralização da economia solidária

A Economia Solidária enfrenta o risco de ser absorvida pelo discurso dominante, tornando-se um mecanismo de regulação da pobreza, sem alterar as relações de exploração (Santos, 2010). Como argumenta Boaventura de Sousa Santos (2000), o neoliberalismo tem a capacidade de capturar movimentos de resistência, transformando-os em políticas públicas assistencialistas que não confrontam as estruturas do capitalismo.

No Brasil, a Lei Paul Singer representa um avanço, mas não impede que a ES seja cooptada por programas de microcrédito que, na prática, reforçam a dependência do mercado financeiro.

Na Índia e na África do Sul, a ES é frequentemente utilizada como estratégia de inclusão social, mas sem desafiar as relações de poder estruturais.

Na China, as cooperativas são controladas pelo Estado, funcionando como instrumentos de regulação econômica, sem promover real descentralização do poder econômico.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.43

Esse processo de neutralização da ES impede que ela se torne uma real ferramenta de transformação social.

3.3 A economia solidária como resposta cultural e decolonial

A Economia Solidária (ES) pode ser um instrumento de resistência cultural e econômica, rompendo com as lógicas coloniais e fortalecendo comunidades marginalizadas (Mignolo, 2011). No Brasil, comunidades indígenas e quilombolas utilizam a ES para preservar suas práticas culturais e garantir autonomia econômica, criando cooperativas autogestionadas.

Na África do Sul, as cooperativas comunitárias têm sido utilizadas para empoderar populações historicamente excluídas, embora ainda enfrentem dificuldades para alcançar autossuficiência econômica.

Nos BRICS, a ES pode se tornar um instrumento para resistir à globalização econômica e ao neocolonialismo, desde que as comunidades tenham autonomia real para definir suas práticas e processos produtivos.

3.4 As potencialidades de transformação da economia solidária nos BRICS

A Economia Solidária (ES) nos BRICS possui grande potencial de transformação econômica e social. Contudo, sua sustentabilidade depende da implementação de políticas públicas estruturadas e do fortalecimento de redes transnacionais de cooperação. Como destaca Santos (2002), qualquer alternativa ao neoliberalismo deve ir além da inclusão econômica pontual, exigindo reformas que garantam autonomia financeira e redistribuição de recursos. O fortalecimento de cooperativas comunitárias, aliado à criação de bancos solidários e mecanismos de crédito alternativo, pode ser um caminho para consolidar um modelo sustentável.

Nos BRICS, há um debate constante sobre como a Economia Solidária pode ser um instrumento de transformação estrutural, sem ser reduzida a um mecanismo de inclusão periférica no sistema capitalista global (Singer, 2002). O Brasil é o país do bloco que mais avançou na institucionalização da ES, especialmente com a aprovação da Lei Paul Singer de Economia Solidária (2024), mas, como argumenta Arruda (2016), a existência de um marco regulatório não é suficiente para garantir a transformação social esperada. Muitas vezes, a Economia Solidária é apropriada por políticas estatais que a reduzem a um mecanismo de assistência social, sem promover mudanças estruturais na distribuição da riqueza e do poder econômico.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.43

Em países como a Índia e a África do Sul, o potencial da Economia Solidária como ferramenta de justiça social tem sido explorado por meio de iniciativas locais de microcrédito e cooperativismo comunitário, mas essas práticas ainda são limitadas pela ausência de políticas públicas robustas e pelo controle do setor privado (Chatterjee, 2018). Como observa Hart et al. (2010), a integração da Economia Solidária às políticas públicas pode ser um caminho viável, desde que os governos não utilizem essas iniciativas apenas como paliativos para reduzir a pobreza sem alterar as estruturas de dominação.

No caso da China, embora o Estado tenha promovido políticas de desenvolvimento local, a realidade mostra que os empreendimentos coletivos e as cooperativas autogestionadas são rigidamente controlados pelo governo e não representam uma alternativa real ao capitalismo de Estado (Wang, 2019). Como aponta Mignolo (2011), a Economia Solidária só pode ser verdadeiramente transformadora se estiver conectada a um projeto decolonial, que desafie as estruturas de dependência histórica entre o Norte e o Sul Global.

A Economia Solidária nos BRICS, portanto, enfrenta um dilema central: ela pode se tornar uma ferramenta poderosa de resistência ao neoliberalismo e de transformação das relações de poder, mas isso só ocorrerá se for estruturada de forma radicalmente democrática, participativa e autônoma (Quijano, 2005). Caso contrário, correrá o risco de ser capturada por políticas estatais e empresariais que a transformarão em um instrumento de regulação da pobreza, sem modificar a base das desigualdades sociais e econômicas.

Assim, para que a Economia Solidária nos BRICS se concretize como uma alternativa real, ela precisa estar fundamentada:

✔ **Na autonomia das comunidades**, garantindo que as cooperativas solidárias não sejam dependentes de programas estatais instáveis.

✔ **Na organização popular**, fortalecendo redes de colaboração entre trabalhadores e comunidades.

✔ **Na resistência à apropriação pelo mercado e pelo Estado**, evitando que a ES se torne apenas um instrumento de inclusão subordinada ao capitalismo global.

Isso requer políticas públicas que incentivem a autogestão, mecanismos de financiamento público independentes do setor financeiro tradicional e a criação de redes transnacionais de cooperação solidária (Castells, 2012). Somente dessa forma será possível construir um modelo de desenvolvimento alternativo, baseado na justiça social e na soberania econômica das comunidades.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.43

POSSIBILIDADES PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS BRICS: AVANÇOS E LIMITAÇÕES

A Economia Solidária (ES) tem sido apresentada como uma alternativa econômica capaz de romper com as dinâmicas de exploração do capitalismo globalizado, oferecendo uma proposta baseada na cooperação, autogestão e justiça social (Singer, 2002). No entanto, sua implementação nos países do BRICS enfrenta barreiras estruturais, políticas e culturais, que muitas vezes limitam seu impacto a ações fragmentadas ou a estratégias de inclusão subordinada ao mercado (Santos, 2002).

Diante desse cenário, torna-se fundamental analisar as condições e estratégias para o fortalecimento da ES nos BRICS, garantindo que ela possa se consolidar como um modelo econômico alternativo viável e sustentável.

Para essa análise, esta seção é organizada em três eixos principais:

- ✔ A necessidade de políticas públicas estruturais e de longo prazo.
- ✔ A importância da criação de redes transnacionais de Economia Solidária.
- ✔ Os desafios da sustentabilidade econômica e da autonomia financeira dos empreendimentos solidários.

4.1 A economia solidária como política pública: entre a regulação e a autonomia

A relação entre Estado e Economia Solidária nos BRICS é complexa, pois envolve tensões entre a regulação estatal e a necessidade de autonomia dos empreendimentos solidários (Arruda, 2016). Para que a ES se consolide como alternativa real ao capitalismo, é fundamental que existam políticas públicas robustas, que ofereçam apoio financeiro, capacitação técnica e regulamentação adequada (Santos, 2019).

No Brasil, a recente Lei Paul Singer de Economia Solidária (2024) representa um avanço na institucionalização da ES, pois estabelece um marco regulatório e cria instrumentos de suporte financeiro e organizacional para cooperativas e empreendimentos autogestionados (GOV.BR, 2024). No entanto, como apontam Singer (2002) e Santos (2020), o risco de burocratização excessiva e da dependência de políticas estatais voláteis é um desafio significativo. A ES não pode ser tratada apenas como uma política social compensatória, mas deve ser um eixo central do desenvolvimento econômico.

Na China, a ES é incentivada pelo Estado, mas sempre dentro do planejamento econômico governamental, o que impede sua autonomia real (Wang, 2019). O governo controla as cooperativas e os empreendimentos solidários, garantindo sua eficiência dentro da economia socialista de mercado, mas restringindo sua capacidade de autogestão e inovação

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.43

local. Essa realidade contrasta com o modelo brasileiro, no qual a ES existe de forma descentralizada, mas enfrenta desafios relacionados à falta de suporte contínuo e à fragilidade institucional.

Na Índia, as políticas de incentivo ao microcrédito permitiram a proliferação de empreendimentos solidários e cooperativas, especialmente em áreas rurais. No entanto, como destaca Chatterjee (2018), essas iniciativas ainda operam dentro da lógica do mercado neoliberal, muitas vezes levando os trabalhadores a um ciclo de endividamento, em vez de promover uma real emancipação econômica.

Já na África do Sul, as políticas de empoderamento econômico negro (Black Economic Empowerment – BEE) buscam incluir grupos historicamente marginalizados dentro da economia formal, mas não conseguem garantir autonomia real para os empreendimentos solidários (Hart et al., 2010). Isso ocorre, em parte, devido à falta de redes institucionais sólidas e à dificuldade de integração desses modelos alternativos no sistema econômico nacional.

Dessa forma, fica evidente que os BRICS precisam avançar na criação de políticas públicas estruturais que promovam a ES não como um complemento à economia tradicional, mas como uma estratégia autônoma de desenvolvimento sustentável.

4.2 Construção de redes transnacionais de economia solidária

Um dos desafios mais urgentes da ES nos BRICS é a necessidade de internacionalização das iniciativas solidárias, garantindo que os empreendimentos cooperativos possam se articular globalmente e competir no mercado de forma justa e sustentável (Castells, 2012).

A América Latina já conta com redes transnacionais bem estabelecidas, como a Rede de Economia Solidária e Comércio Justo, que permite a conexão entre cooperativas de diferentes países, garantindo acesso direto a mercados sem a necessidade de intermediários capitalistas (SENAES, 2023).

Nos BRICS, a implementação de redes semelhantes poderia:

✔ Fortalecer as cadeias produtivas solidárias, garantindo que os empreendimentos cooperativos possam exportar seus produtos e serviços de maneira equitativa.

✔ Reduzir a dependência de grandes corporações e intermediários financeiros tradicionais, permitindo maior autonomia econômica.

✔ Criar um modelo alternativo ao mercado global neoliberal, promovendo desenvolvimento sustentável e justiça econômica entre os países do bloco.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.43

Além disso, a criação de fundos de financiamento cooperativo entre os BRICS poderia garantir que as cooperativas tenham acesso a crédito sem depender do sistema bancário tradicional, muitas vezes inacessível para esses empreendimentos (Santos, 2020).

Portanto, a criação de redes transnacionais de ES nos BRICS pode ser uma estratégia fundamental para romper com a lógica de dependência econômica e fortalecer os modelos produtivos solidários em escala global.

4.3 O desafio da sustentabilidade econômica e da autonomia financeira

O principal obstáculo para a consolidação da ES nos BRICS é garantir sua autossuficiência econômica, evitando que os empreendimentos solidários fiquem reféns de subsídios estatais ou do financiamento privado convencional. Como aponta Singer (2002), a ES precisa de mecanismos próprios de financiamento que garantam sua viabilidade econômica a longo prazo.

Atualmente, no Brasil, muitas cooperativas dependem de financiamento público, o que as torna vulneráveis a mudanças políticas e cortes de orçamento (GOV.BR, 2024). Já na Índia, os programas de microcrédito solidário criaram uma alternativa ao sistema bancário tradicional, mas muitas vezes resultam em novas formas de endividamento, sem oferecer mecanismos de longo prazo para a sustentabilidade financeira (Chatterjee, 2018).

Como solução, economistas como Arruda (2016) e Castells (2012) sugerem a criação de bancos cooperativos e fundos de crédito solidário, que permitam que os empreendimentos solidários tenham acesso a financiamento sem a intermediação do setor financeiro tradicional.

Além disso, a formação de centros de capacitação para empreendedores solidários pode garantir que essas iniciativas sejam mais bem estruturadas e autônomas, reduzindo a necessidade de suporte contínuo do Estado.

Se os BRICS desenvolverem essas estratégias, a ES poderá se consolidar como um modelo econômico sustentável e independente, oferecendo uma alternativa concreta ao capitalismo globalizado.

A Economia Solidária nos BRICS apresenta avanços importantes, mas ainda enfrenta desafios estruturais e políticos. Para que ela se consolide como uma alternativa viável ao capitalismo, é essencial que governos, cooperativas e redes internacionais se unam para fortalecer sua autonomia e sustentabilidade.

Se houver investimentos estratégicos, redes transnacionais fortalecidas e financiamento independente, a ES poderá ser um modelo de desenvolvimento global baseado na justiça social, na autogestão e na soberania econômica.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.43

ANÁLISE E DISCUSSÃO: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E LIÇÕES PARA OS BRICS

Este capítulo realiza uma análise crítica e reflexiva sobre os desafios e as possibilidades da Economia Solidária (ES) nos países do BRICS, adotando uma perspectiva de crítica cultural e de pesquisa em autogestão e economia solidária. Com base nas análises anteriores, esta seção sintetiza os principais entraves políticos, culturais e econômicos enfrentados pela ES dentro do bloco e reflete sobre as oportunidades concretas para seu fortalecimento.

A Economia Solidária não deve ser vista apenas como uma alternativa econômica, mas como uma prática de resistência ao modelo neoliberal, um caminho para a transformação social e a construção de novas formas de organização econômica baseadas na cooperação e na justiça social.

A posição crítica que assumo, como doutorando e pesquisador de Economia Solidária, é a de que a ES não pode ser reduzida a um mecanismo de inclusão social, mas deve ser um modelo autônomo e radicalmente decolonial, capaz de desafiar as estruturas de poder e fortalecer práticas comunitárias e coletivas.

Dentro desse cenário, os BRICS representam uma plataforma estratégica para o avanço da ES, mas também apresentam desafios estruturais que não podem ser ignorados. A análise crítica e as soluções possíveis para esses desafios precisam ir além da implementação de políticas públicas superficiais, exigindo uma abordagem mais profunda e radical, que integre os princípios da autogestão, cooperação e justiça social.

A seção está organizada em quatro eixos principais:

1. Os desafios estruturais da Economia Solidária nos BRICS.
2. As oportunidades e os potenciais de transformação da ES.
3. As lições e implicações globais da experiência dos BRICS.
4. As perspectivas futuras para a ES e as pesquisas necessárias.

5.1 Desafios estruturais da economia solidária nos BRICS

A análise dos desafios estruturais da Economia Solidária nos BRICS revela que a dependência de subsídios governamentais, a falta de autonomia financeira das cooperativas e a ausência de políticas públicas estruturadas são os principais entraves à sua consolidação. Embora o bloco se posicione como uma alternativa ao modelo econômico hegemônico, a ES

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.43

ainda enfrenta barreiras impostas pela lógica do mercado global e pela subordinação aos interesses neoliberais.

No Brasil, a aprovação da Lei Paul Singer de Economia Solidária (2024) representou um avanço na institucionalização da ES, estabelecendo um marco regulatório. No entanto, muitas cooperativas ainda dependem de financiamento público e carecem de políticas estáveis que garantam sua sustentabilidade financeira a longo prazo. Como aponta Santos (2002), a ES no Brasil frequentemente é incorporada como uma estratégia de inclusão social, sem modificar a estrutura de concentração de poder econômico.

Na Índia, os programas de microcrédito solidário, amplamente promovidos, não conseguiram romper com a exploração financeira e a dependência do mercado tradicional. Estudos indicam que, em vez de promover autonomia econômica, essas iniciativas geraram novas formas de endividamento para pequenos empreendedores (Chatterjee, 2018; Santos, 2000).

Nos outros países do bloco, desafios semelhantes persistem:

✔ **China**: O Estado mantém rígido controle sobre as cooperativas, limitando sua capacidade de inovação e expansão (Wang, 2019).

✔ **África do Sul**: As políticas de Black Economic Empowerment (BEE) visam ampliar a inclusão de populações negras na economia formal, mas não rompem com as estruturas históricas de desigualdade e exploração econômica (Hart et al., 2010).

A conclusão é clara: os BRICS ainda não estruturaram políticas públicas que garantam a autonomia real da Economia Solidária. Em todos os países do bloco, a ES corre o risco de ser instrumentalizada como uma ferramenta de mitigação da pobreza, sem desafiar o modelo econômico hegemônico.

5.2 Potenciais e oportunidades para a economia solidária nos BRICS

Apesar dos desafios, a Economia Solidária nos BRICS apresenta um potencial transformador significativo, desde que haja comprometimento político e políticas públicas voltadas para sua autonomia. O fortalecimento das cooperativas, das redes de solidariedade e das alternativas financeiras pode ser um caminho viável para superar as limitações impostas pelo sistema econômico atual.

No Brasil, a tradição de movimentos sociais e práticas de autogestão pode ser um diferencial para impulsionar a ES. No entanto, é essencial que haja reformas estruturais que garantam financiamento independente e formação técnica para os trabalhadores do setor (Santos, 2020).

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.43

Na Índia, os programas de microcrédito devem ser reformulados para evitar que se tornem um instrumento de endividamento. Alternativas como bancos comunitários e fundos de crédito solidário podem fornecer acesso a financiamento sem depender do sistema financeiro tradicional.

Na China, o modelo de cooperativas estatais poderia ser descentralizado, permitindo maior autonomia para as iniciativas locais, sem total dependência do governo central.

Na África do Sul, as políticas de empoderamento econômico negro precisam ser reformuladas, garantindo que as comunidades tenham controle real sobre os recursos e que as iniciativas solidárias não sejam apenas reguladas pelo Estado, sem uma participação popular efetiva.

Essas experiências demonstram que, com políticas adequadas, a Economia Solidária pode se consolidar como uma alternativa viável ao modelo econômico tradicional, promovendo justiça social e autonomia produtiva.

5.3 Lições e implicações para outros países e contextos globais

A experiência dos BRICS demonstra que a Economia Solidária não pode ser tratada como uma solução periférica, mas sim como um modelo econômico estruturante e uma ferramenta de resistência ao neoliberalismo.

A principal lição extraída do bloco é que a ES precisa ser implementada de maneira autônoma e estruturada, indo além de políticas públicas convencionais e de iniciativas isoladas. Para garantir sua eficácia, a ES deve ser integrada a redes transnacionais de cooperação solidária, possibilitando o acesso a mercados internacionais sem a intermediação do capital global.

Os países em desenvolvimento podem aprender com os BRICS que a Economia Solidária só será sustentável se for independente, bem estruturada e alinhada aos princípios de autogestão e justiça social.

5.4 Perspectivas futuras e pesquisas necessárias

O futuro da Economia Solidária nos BRICS dependerá de um compromisso real com a transformação estrutural e a descolonização das economias locais.

Pesquisas futuras devem se concentrar em três aspectos centrais:

✔ **Efetividade das políticas públicas nos BRICS** → Avaliar se realmente promovem a autonomia financeira das cooperativas.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.43

✔ **Impacto das práticas culturais na Economia Solidária** → Compreender como as tradições locais podem fortalecer a autogestão econômica.

✔ **Modelos alternativos de financiamento solidário** → Explorar novas formas de sustentabilidade econômica fora do sistema financeiro tradicional.

A Economia Solidária deve ser estudada como um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de desafiar as dinâmicas do capitalismo global e fortalecer práticas de autogestão, justiça social e soberania econômica.

Os BRICS estão em um momento decisivo: a Economia Solidária pode se consolidar como uma alternativa real ao capitalismo globalizado ou continuar sendo uma estratégia paliativa de inclusão social.

Caso haja compromisso estrutural, financiamento sustentável e redes transnacionais fortalecidas, a ES poderá transformar as economias do bloco e se tornar um modelo de referência para outros países em desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia Solidária (ES) nos BRICS representa um campo estratégico de disputas, oscilando entre seu potencial transformador e os desafios estruturais que limitam sua consolidação como um modelo econômico alternativo ao capitalismo global. Este estudo analisou como a ES tem sido implementada nos países do bloco, identificando os entraves políticos, financeiros e sociais que dificultam sua autonomia e efetivação plena. Os achados desta pesquisa indicam que, apesar de avanços institucionais, a ES ainda se encontra subordinada a lógicas de mercado e políticas de mitigação da pobreza, sem que haja um compromisso real com sua expansão como um eixo estruturante do desenvolvimento econômico.

A Lei Paul Singer (2024) no Brasil representou um avanço regulatório, mas a dependência das cooperativas de financiamento estatal e a falta de incentivos para a autonomia financeira seguem como desafios significativos. Na Índia, o modelo de microcrédito solidário, embora tenha ampliado a inclusão econômica, reproduziu dinâmicas de endividamento, reforçando a subordinação dos trabalhadores ao sistema financeiro tradicional. Na China, a ES opera sob forte controle estatal, limitando a inovação e a autogestão, enquanto, na África do Sul, as políticas de empoderamento econômico negro (BEE), embora essenciais para corrigir desigualdades históricas, não romperam com as estruturas coloniais e capitalistas que perpetuam a exploração econômica.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.43

O problema central que orientou esta pesquisa foi: a Economia Solidária nos BRICS pode se consolidar como um modelo econômico alternativo ao capitalismo global ou será reduzida a um instrumento de regulação da pobreza dentro da lógica neoliberal? A análise demonstrou que a ES pode, sim, representar um modelo de desenvolvimento sustentável e socialmente justo, mas sua efetivação depende de três fatores essenciais: a autonomia financeira e estrutural das cooperativas, garantindo mecanismos de financiamento próprio e independência do setor financeiro tradicional; a construção de redes transnacionais de cooperação solidária, reduzindo a dependência do comércio global controlado por grandes corporações; e a radicalização da autogestão como prática econômica e política, consolidando a ES como resistência ativa ao neoliberalismo e não apenas como uma política assistencialista.

A autonomia financeira é um fator crítico. A dependência de subsídios governamentais torna as iniciativas vulneráveis a mudanças políticas e cortes de financiamento estatal. Para superar esse desafio, os BRICS devem desenvolver fundos de crédito solidário, bancos cooperativos e redes de financiamento comunitário, garantindo que os empreendimentos solidários operem fora da lógica do mercado financeiro tradicional. Além disso, a construção de redes transnacionais entre os BRICS pode fortalecer circuitos de comercialização solidária, permitindo o intercâmbio direto de produtos e serviços entre cooperativas dos diferentes países, sem intermediários corporativos. Modelos já existentes na América Latina demonstram que essa estratégia pode ser viável, desde que haja investimento em infraestrutura e governança coletiva.

Por fim, a radicalização da autogestão deve ser priorizada. A Economia Solidária não pode ser apenas uma extensão do mercado capitalista ou um instrumento de inclusão econômica passiva. Ela deve ser uma prática de resistência ativa, que desafia hierarquias produtivas e a exploração do Sul Global. Isso exige educação cooperativa, formação política dos trabalhadores e políticas públicas que incentivem a descentralização do poder econômico. Dessa forma, a pesquisa reafirma que a Economia Solidária não pode ser reduzida a um instrumento de ajuste social ou a um modelo assistencialista, pois essa abordagem enfraquece seu potencial de transformação.

A partir desta análise, algumas questões emergem e devem ser investigadas em pesquisas futuras. Como as políticas públicas podem ser formuladas para impedir que a ES seja capturada por interesses neoliberais? Quais são os impactos reais da Economia Solidária na redistribuição de renda e no combate à desigualdade nos BRICS? De que forma a cooperação internacional entre países do Sul Global pode fortalecer a ES, ampliando sua

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.43

escala e eficácia? Essas perguntas apontam para a necessidade de aprofundamento teórico e empírico, garantindo que a ES não se limite a um conceito acadêmico, mas se consolide como um projeto real de sociedade.

A Economia Solidária nos BRICS está em um ponto de inflexão. Se houver vontade política e compromisso social, ela poderá se consolidar como um modelo de resistência ao neoliberalismo, estruturando uma nova economia baseada na justiça social e na autogestão. Caso contrário, será absorvida e diluída dentro do capitalismo, tornando-se apenas mais um mecanismo paliativo de regulação da pobreza, sem força para desafiar a lógica de exploração do trabalho e da produção de riquezas. O futuro da Economia Solidária não será decidido apenas pelos governos e instituições internacionais, mas pela capacidade de organização das cooperativas, redes produtivas e movimentos sociais.

A escolha entre fortalecer a ES como alternativa estrutural ou reduzi-la a um mecanismo assistencialista do capitalismo deve ser feita agora. Se os BRICS quiserem liderar uma transformação global, precisarão assumir um compromisso real com a ES, tornando-a não apenas uma política pública, mas um projeto estratégico de futuro. A Economia Solidária não é apenas uma alternativa econômica; ela é uma nova visão de mundo. E o tempo para construir essa transformação é agora.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. **Economia solidária e autogestão: fundamentos e desafios.** São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024. **Institui a Política Nacional de Economia Solidária e o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES).** Brasília: Diário Oficial da União, 2024. Disponível em: https://www.gov.br. Acesso em: 25 jan. 2025.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CHATTERJEE, P. **Microcredit and debt dependency: Analyzing the Indian experience. Economic and Political Weekly**, v. 53, n. 12, p. 45-57, 2018.

GOVERNO DO BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). **Relatório de atividades 2023.** Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2024. Disponível em: https://www.gov.br. Acesso em: 20 jan. 2025.

GOV.BR. **Política Nacional de Economia Solidária. Informações sobre a Lei Paul Singer e suas implicações.** Disponível em: https://www.gov.br. Acesso em: 25 jan. 2025.

HART, K.; LAVILLE, J.; CATANI, A. **Economia solidária: uma alternativa para o desenvolvimento?. Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, p. 97-115, 2010.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.43

MIGNOLO, W. **Desobediência epistêmica: o paradigma pós-colonial.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2002.

_____, B. de S. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, R. **Políticas públicas de economia solidária no Brasil**: **avanços e desafios**. Caderno CRH, v. 33, n. 88, p. 19-37, 2020.

_____, R. **O papel das cooperativas na economia solidária dos BRICS**. Revista Desenvolvimento e Sociedade, v. 17, p. 55-78, 2020.

SENAES. **Rede de Economia Solidária e Comércio Justo na América Latina.** Brasília: Ministério do Trabalho, 2023. Disponível em: https://www.senaes.gov.br. Acesso em: 22 jan. 2025.

SILVA, T. C. **Autogestão e economia solidária: um estudo sobre experiências no Brasil.** 2019. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

WANG, H. **State control and cooperative development in China.** Beijing: China Economic Press, 2019.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional